



**Prefeitura de Manaus**  
**Manaus Previdência – MANAUSPREV**  
**Concurso Público para Provimento de Cargos de**  
**Analista Previdenciário – Especialidade Arquivologia**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

As consequências são a pedra de toque dos princípios.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 5, considere o trecho do livro **O elogio do vira-lata e outros ensaios**, de Eduardo Giannetti.

*A ciência destrói o seu passado. Os clássicos da literatura científica, como os tratados hipocráticos, o Le Monde de Descartes ou a Philosophia Botanica de Lineu, foram obras que marcaram época, mas que a passagem do tempo reduziu à condição de peças de antiquário e objeto de interesse restrito a especialistas em história da ciência. Nenhum cientista que se preze aprende o seu ofício destrinchando os clássicos de sua disciplina.*

*Com a filosofia é diferente. Os clássicos da literatura filosófica, como os diálogos platônicos, as Meditações de Descartes ou o Leviatã de Hobbes, são obras que parecem dotadas do dom da eterna juventude. Embora também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, elas conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações. A filosofia, como a arte, não enterra o seu passado.*

*A diferença, é certo, resulta em parte da ausência de um critério bem definido de progresso na história da filosofia. Mas não é só. A consciência da nossa ignorância cresce de mãos dadas com o avanço do saber científico. Como observa com certa malícia Adam Smith na Teoria dos Sentimentos Morais, ao comentar a dificuldade de refutar conclusivamente teorias no campo da ética, a progressividade das ciências naturais também reflete a sua maior vulnerabilidade e propensão ao erro.*

(GIANNETTI, Eduardo. **O elogio do vira-lata e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018)

1. De acordo com o autor,
  - (A) a diferença entre ciência e filosofia restringe-se à ausência de um critério bem fundamentado do que seja progresso.
  - (B) a ausência de um critério bem definido do que seja progresso acabou por extrapolar o âmbito da filosofia, contaminando a literatura científica.
  - (C) a literatura filosófica, ao assumir de forma irrestrita a ideia de progressividade, acabou por alcançar o rigor e a consistência característicos da ciência.
  - (D) o avanço do saber científico acabará por resgatar a contribuição decisiva dos clássicos da literatura científica.
  - (E) a ausência de uma concepção rigorosa de progressividade no âmbito da filosofia é uma razão pela qual obras filosóficas parecem resistir à passagem do tempo.

2. *Embora também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, elas conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.* (2º parágrafo)

Considerando o contexto, este trecho pode ser reescrito, sem prejuízo para o seu sentido, do seguinte modo:

- (A) As obras científicas, por se prestarem também à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (B) As obras filosóficas, ainda que também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (C) As ideias do historiador, não obstante também se prestem à sua lupa antiquária, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (D) As obras científicas, posto que também se prestam à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (E) As obras filosóficas, na medida em que também se prestam à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.

3. Considerando o contexto em que se insere, está empregada em **sentido depreciativo** a seguinte expressão:

- (A) *peças de antiquário* (1º parágrafo).
- (B) *espíritos vivos* (2º parágrafo).
- (C) *dom da eterna juventude* (2º parágrafo).
- (D) *novas gerações* (2º parágrafo).
- (E) *campo da ética* (3º parágrafo).



4. Considere os seguintes trechos do texto.

- I. *Nenhum cientista que se preze aprende o seu ofício destrinchando os clássicos de sua disciplina.* (1º parágrafo)
- II. *Embora também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, elas conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.* (2º parágrafo)
- III. *A filosofia, como a arte, não enterra o seu passado.* (2º parágrafo)
- IV. *A consciência da nossa ignorância cresce de mãos dadas com o avanço do saber científico.* (3º parágrafo)

Estão empregadas em sentido figurado as expressões sublinhadas em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

5. *Nenhum cientista que se preze aprende o seu ofício destrinchando os clássicos de sua disciplina.* (1º parágrafo)

O termo a que o pronome relativo da frase acima se refere é:

- (A) obras.
- (B) época.
- (C) especialistas.
- (D) ciência.
- (E) cientista.

**Atenção:** Considere o conto de Carlos Drummond de Andrade, para responder às questões de números 6 a 11.

### A beleza total

*A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes. Os espelhos pasmavam diante de seu rosto, recusando-se a refletir as pessoas da casa e muito menos as visitas. Não ousavam abranger o corpo inteiro de Gertrudes. Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil estilhaços.*

*A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda a capacidade de ação. Houve um engarrafamento monstro, que durou uma semana, embora Gertrudes houvesse voltado logo para casa.*

*O Senado aprovou lei de emergência, proibindo Gertrudes de chegar à janela. A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito.*

*Gertrudes não podia fazer nada. Nascera assim, este era o seu destino fatal: a extrema beleza. E era feliz, sabendo-se incomparável. Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre. Sua beleza saiu do corpo e ficou pairando, imortal. O corpo já então enfezado de Gertrudes foi recolhido ao jazigo, e a beleza de Gertrudes continuou cintilando no salão fechado a sete chaves.*

(ANDRADE, Carlos Drummond de. **Contos plausíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

6. No conto, o narrador caracteriza a postura de Gertrudes em relação à própria beleza como

- (A) apática.
- (B) resignada.
- (C) melancólica.
- (D) ressentida.
- (E) desiludida.



7. O termo que qualifica o substantivo, conferindo a ele ideia de inexorabilidade, compõe a seguinte expressão:
- (A) *beleza total* (título).
  - (B) *capacidade de ação* (2º parágrafo).
  - (C) *lei de emergência* (3º parágrafo).
  - (D) *destino fatal* (4º parágrafo).
  - (E) *extrema beleza* (4º parágrafo).
- 
8. O narrador recorre a um eufemismo no seguinte trecho:
- (A) *Os espelhos pasmavam diante de seu rosto* (1º parágrafo)
  - (B) *um dia cerrou os olhos para sempre* (4º parágrafo)
  - (C) *partiu-se em mil estilhaços* (1º parágrafo)
  - (D) *os veículos paravam à revelia dos condutores* (2º parágrafo)
  - (E) *o mordomo se suicidara com uma foto* (3º parágrafo)
- 
9. O narrador relata uma série de eventos ocorridos no passado. Um evento anterior a esse tempo passado está indicado pela forma verbal sublinhada em
- (A) *A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito.* (3º parágrafo)
  - (B) *A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes.* (1º parágrafo)
  - (C) *Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil estilhaços.* (1º parágrafo)
  - (D) *A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda a capacidade de ação.* (2º parágrafo)
  - (E) *Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre.* (4º parágrafo)
- 
10. A frase que pode ser transposta para a voz passiva está em:
- (A) *Os espelhos pasmavam diante de seu rosto* (1º parágrafo).
  - (B) *A moça já não podia sair à rua* (2º parágrafo).
  - (C) *O Senado aprovou lei de emergência* (3º parágrafo).
  - (D) *os veículos paravam à revelia dos condutores* (2º parágrafo).
  - (E) *o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes* (3º parágrafo).
- 
11. As palavras podem mudar de classe gramatical sem sofrer modificação em sua forma. A este processo de enriquecimento vocabular pela mudança de classe das palavras dá-se o nome de derivação imprópria.
- (Celso Cunha. **Gramática essencial**, 2013. Adaptado.)
- Verifica-se um exemplo de derivação imprópria no seguinte trecho:
- (A) *Não ousavam abranger o corpo inteiro* (1º parágrafo).
  - (B) *A moça já não podia sair à rua* (2º parágrafo).
  - (C) *Houve um engarrafamento monstro* (2º parágrafo).
  - (D) *A moça vivia confinada num salão* (3º parágrafo).
  - (E) *Sua beleza saiu do corpo* (4º parágrafo).



**Atenção:** Considere a crônica de Machado de Assis, publicada em 09 de fevereiro 1896, para responder às questões de números 12 a 15.

*Pessoa que já serviu na polícia secreta de Londres e de New York tem anunciado nos nossos diários que oferece os seus préstimos para descobrir coisas furtadas ou perdidas. Não publica o nome; prova de que é realmente um ex-secreta\* inglês ou americano. A primeira ideia do ex-secreta local seria imprimir o nome, com indicação da residência. Não há ofício que não traga louros, e os louros fizeram-se para os olhos dos homens. Não tenho perdido nada, nem por furto, nem por outra via; deixo de recorrer aos préstimos do anunciante, mas aproveito esta coluna para recomendá-los aos meus amigos e leitores.*

*Pois que a fortuna trouxe às nossas plagas um perfeito conhecedor do ofício, erro é não aproveitá-lo. Não se perdem somente objetos: perdem-se também vidas, nem sempre se sabe quem é que as leva. Ora, conquanto não se achem as vidas perdidas, importa conhecer as causas da perda, quando escapam à ação da lei ou da autoridade. Não foi assassinio, mas suicídio, o dessa Ambrosina Cananeia, que deixou a vida esta semana. Era uma pobre mulher trabalhadeira, com dois filhos adolescentes e mãe valetudinária\*\*; morava nos fundos de uma estalagem da rua da Providência. O filho era empregado, a filha aprendia a fazer flores... Não sei se te lembras do acontecimento: tais são os casos de sangue destes dias que é natural vir o fastio e ir-se a memória. Pois fica lembrado.*

*A causa do suicídio não foi a pobreza, ainda que a pessoa fosse pobre. Nem desprezo de homem, nem ciúmes. A carta deixada dizia em começo: "Vou dar-te a última prova de amizade... É impossível mais tolerar a vida por tua causa; deixando eu de existir, você deixa de sofrer." Você é uma mocinha de dezesseis anos, vizinha, dizem que bonita, amiga da morta. Segundo a carta, a mocinha era castigada por motivo daquela afeição, tudo de mistura com um casamento que lhe queriam impor.*

*O que é único, é esta amiga que se mata para que a outra não padeça. A outra era diariamente espancada, quase todos os vizinhos o sabiam pelos gritos e pelo pranto da vítima – "tudo por causa da nova amizade". Não podendo atalhar o mal da amiga, Ambrosina buscou um veneno, meteu no seio as cartas da amiga e acabou com a vida em cinco minutos. "Adeus, Matilde; recebe o meu último suspiro".*

*Os tempos, desde a antiguidade, têm ouvido suspiros desses, mas não são últimos. Que a morte de uma trouxesse a da outra, voluntária e terrível, não seria comum, mas confirmaria a amizade. As afeições grandes podem não suportar a viuvez. Quem eu quisera ouvir sobre isto era o ex-secreta de Londres e de New York, onde a polícia pode ser que penetre além do delito e suas provas, e passeie na alma da gente, como tu, por tua casa.*

\* secreta: agente secreto.

\*\* valetudinário: que ou o que é de constituição física débil, doentia, sempre sujeito a enfermidades.

(Adaptado de: ASSIS, Machado de. **Crônicas escolhidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013)

12. O cronista dirige-se explicitamente a seu leitor no seguinte trecho:

- (A) *Ora, conquanto não se achem as vidas perdidas, importa conhecer as causas da perda, quando escapam à ação da lei ou da autoridade.* (2º parágrafo)
- (B) *Não sei se te lembras do acontecimento: tais são os casos de sangue destes dias que é natural vir o fastio e ir-se a memória.* (2º parágrafo)
- (C) *Vou dar-te a última prova de amizade... É impossível mais tolerar a vida por tua causa; deixando eu de existir, você deixa de sofrer.* (3º parágrafo)
- (D) *Você é uma mocinha de dezesseis anos, vizinha, dizem que bonita, amiga da morta.* (3º parágrafo)
- (E) *Os tempos, desde a antiguidade, têm ouvido suspiros desses, mas não são últimos.* (5º parágrafo)



13. Retoma uma expressão mencionada anteriormente no texto o termo sublinhado em:

- (A) *nem sempre se sabe quem é que as leva* (2º parágrafo).
- (B) *importa conhecer as causas da perda* (2º parágrafo).
- (C) *a filha aprendia a fazer flores* (2º parágrafo).
- (D) *ainda que a pessoa fosse pobre* (3º parágrafo).
- (E) *esta amiga que se mata para que a outra não padeça* (4º parágrafo).

14. Considere os seguintes trechos da crônica.

- I. *Não tenho perdido nada, nem por furto, nem por outra via; deixo de recorrer aos préstimos do anunciante, mas aproveito esta coluna para recomendá-los aos meus amigos e leitores.* (1º parágrafo)
- II. *Os tempos, desde a antiguidade, têm ouvido suspiros desses, mas não são últimos. Que a morte de uma trouxesse a da outra, voluntária e terrível, não seria comum, mas confirmaria a amizade.* (5º parágrafo)
- III. *Quem eu quisera ouvir sobre isto era o ex-secreta de Londres e de New York, onde a polícia pode ser que penetre além do delito e suas provas, e passeie na alma da gente, como tu, por tua casa.* (5º parágrafo)

Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar a elipse de um verbo em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

15. Em *Ora, conquanto não se achem as vidas perdidas, importa conhecer as causas da perda, quando escapam à ação da lei ou da autoridade.* (2º parágrafo), a oração sublinhada expressa, em relação à oração que a sucede, ideia de

- (A) condição.
- (B) consequência.
- (C) causa.
- (D) proporção.
- (E) concessão.

### Raciocínio Lógico-Matemático

16. Ao longo de um mês, uma vinícola produz seis lotes de um vinho. Os lotes são numerados sequencialmente de 1 a 6, conforme vão sendo fabricados, o que quer dizer que o primeiro a ser fabricado é o lote 1, depois o lote 2 e assim sucessivamente até o lote 6. Para a venda dos lotes, o setor responsável deve sempre vender primeiro os lotes em estoque que foram fabricados mais recentemente. Se os seis lotes foram vendidos nesse mês, uma ordem das vendas que **NÃO** atende às orientações da empresa é

- (A)  $\underline{2-3-1-4-5-6} \rightarrow$
- (B)  $\underline{1-2-3-5-4-6} \rightarrow$
- (C)  $\underline{1-3-5-6-2-4} \rightarrow$
- (D)  $\underline{1-2-3-4-5-6} \rightarrow$
- (E)  $\underline{6-5-4-3-2-1} \rightarrow$



17. O algarismo da unidade de milhar do resultado da potência  $\underbrace{(777\dots 77)}_{100 \text{ algarismos}}^2$  é igual a
- (A) 9.  
(B) 1.  
(C) 3.  
(D) 7.  
(E) 0.
- 
18. Considerando que a proposição “Todos os advogados já leram a Constituição” seja verdadeira, Rui conclui que:
- I. se André leu a Constituição, então ele é advogado;  
II. se Bernardo não leu a constituição, então ele não é advogado;  
III. se Cléber não é advogado, então ele não leu a constituição.
- Das conclusões de Rui, APENAS
- (A) I está correta.  
(B) II está correta.  
(C) III está correta.  
(D) I e III estão corretas.  
(E) II e III estão corretas.
- 
19. Um fabricante vende, à vista, um grande rolo de fio elétrico para um comerciante por R\$ 1.800,00 com a garantia de que o comerciante poderia devolver o que não conseguisse vender no prazo de um mês recuperando o valor correspondente ao fio devolvido. No mês vigente da transação, o comerciante conseguiu vender  $\frac{19}{20}$  do que havia comprado, tendo faturado R\$ 1.983,60 por essa venda. Com a devolução da quantidade de fio que não conseguiu vender e considerando efetivamente apenas o valor que ele gastou com o fio, após feita a devolução, e o valor da venda, o comerciante teve um lucro total na operação de compra e venda do fio elétrico de
- (A) 12%.  
(B) 15%.  
(C) 16%.  
(D) 18%.  
(E) 19%.
- 
20. O segurança do bloco A de uma empresa precisa registrar sua digital em um equipamento de 16 em 16 minutos. Nesse mesmo equipamento, o segurança do bloco B precisa registrar sua digital de 48 em 48 minutos. Se os dois seguranças registraram juntos suas digitais às 9h15 e terminam seu expediente de trabalho às 16h30, o último horário do expediente que eles irão registrar juntos suas digitais no equipamento será às
- (A) 16h27.  
(B) 15h55.  
(C) 16h11.  
(D) 16h19.  
(E) 15h39.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Arquivística**

21. *Nenhum documento de arquivo pode ser plenamente compreendido isoladamente e fora dos quadros gerais de sua produção* (Janice Gonçalves). A autora alude ao conceito de
- (A) autenticidade.
  - (B) proveniência.
  - (C) indivisibilidade.
  - (D) organicidade.
  - (E) veracidade.
- 
22. Segundo Terry Cook, autor de *O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017), o "simples ato de produzir documentos não define necessariamente um fundo." Além da natureza da função que levou à criação dos documentos e do controle exercido sobre o sistema de arquivamento, é preciso levar em conta
- (A) o contexto administrativo em que a produção ocorreu.
  - (B) a confiabilidade das informações contidas nos documentos.
  - (C) a existência de repositórios digitais confiáveis.
  - (D) a autenticidade dos documentos originários de atividades-fim.
  - (E) o cumprimento dos prazos de vigência estabelecidos.
- 
23. Entende-se por data tópica de um documento de arquivo
- (A) o conjunto de dados explicitados em seu conteúdo.
  - (B) o dia, mês e ano em que se iniciou sua tramitação.
  - (C) o dia, mês e ano em que se encerrou sua tramitação.
  - (D) a parte do acervo em que foi depositado.
  - (E) o local em que foi produzido.
- 
24. Segundo a tradição brasileira, nos arquivos permanentes a classificação recebe o nome de
- (A) descrição.
  - (B) ordenação.
  - (C) arranjo.
  - (D) avaliação.
  - (E) destinação.
- 
25. Na estrutura organizacional da Manaus Previdência, o Setor de Arquivo está alocado na área dos órgãos de
- (A) execução.
  - (B) gestão deliberativa.
  - (C) fiscalização.
  - (D) administração superior.
  - (E) assessoramento direto.
- 
26. Nos sistemas de gestão convencionais ou informatizados, a movimentação de documentos entre as diferentes unidades organizacionais é denominada
- (A) protocolo.
  - (B) captura.
  - (C) expedição.
  - (D) tramitação.
  - (E) SIGAD.





27. No âmbito da segurança da informação, aquele que zela pelas atividades de armazenamento, administração e preservação de um sistema estruturante que não lhe pertence é chamado de
- (A) autoridade certificadora.
  - (B) controlador.
  - (C) gestor de mudanças.
  - (D) operador.
  - (E) custodiante.

28. Sob a Coordenação-Geral de Processamento Técnico e Preservação do Acervo, funcionam, no Arquivo Nacional, duas repartições voltadas para o acervo permanente da instituição: a Coordenação de Documentos Escritos e a Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. Tal configuração, presente também em instituições similares, segmenta o acervo documental pelo critério de
- (A) formato.
  - (B) espécie.
  - (C) gênero.
  - (D) forma.
  - (E) tipo.

Atenção: Considere a relação abaixo, com termos utilizados na área trabalhista e previdenciária, e responda às questões de números 29 a 31.

1. livro de atas
2. atestado médico
3. seguro-desemprego
4. salário-família
5. controle de ponto
6. folha de pagamento
7. ficha de inscrição
8. contrato de trabalho
9. mapa anual de acidentes do trabalho
10. pagamento de honorários
11. abono de falta
12. guia de encaminhamento

29. Correspondem ao conceito de tipo documental, entre outros, os itens
- (A) 2, 8 e 12.
  - (B) 1, 6 e 8.
  - (C) 9, 10 e 12.
  - (D) 4, 6 e 9.
  - (E) 3, 7 e 11.

30. Constituem exemplos de atividades, entre outros, os itens
- (A) 5, 10 e 11.
  - (B) 2, 4 e 12.
  - (C) 1, 3 e 6.
  - (D) 9, 10 e 12.
  - (E) 3, 5 e 8.

31. Muitos tipos documentais incorporam a seu nome os formatos pelos quais são conhecidos, a exemplo dos itens
- (A) 2, 4 e 9.
  - (B) 1, 6 e 7.
  - (C) 3, 9 e 11.
  - (D) 4, 8 e 10.
  - (E) 7, 10 e 11.

32. No processo de avaliação, o valor primário diz respeito
- (A) aos pareceres emitidos por historiadores.
  - (B) à presença do documento em uma tabela de temporalidade.
  - (C) aos documentos produzidos por órgãos diretivos.
  - (D) aos documentos representativos das atividades finalísticas.
  - (E) às razões de criação de um documento.



**Atenção:** Para responder às questões de números 33 a 35, observe o documento abaixo, dividido em parágrafos numerados de I a X, levando em conta sua partição diplomática.

I	O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, Desembargador do Trabalho LAIRTO JOSÉ VELOSO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
II	CONSIDERANDO o inciso XII do art. 93 da CE/1988 e o teor da Resolução Administrativa nº 66/2018/TRT11, bem como Resolução CSJT 185/2017, Resolução CNJ 71/2009 e o Ato TRT 11ª Região 1/2013/SGP, alterado pelo Ato TRT 11ª Região 44/2013/SGP;
III	CONSIDERANDO as indicações constantes do E-SAP DP-18861/2019,
IV	RESOLVE:
V	Art. 1º Estabelecer o calendário do plantão judiciário do mês de janeiro/2020, que será exercido por Desembargadores, Juizes, servidores e colaboradores na forma discriminada no anexo desta portaria.
VI	Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
VII	Assinado Eletronicamente
VIII	LAIRTO JOSÉ VELOSO
IX	Desembargador do Trabalho
X	Presidente do TRT da 11ª Região

33. Os parágrafos V e VI equivalem

- (A) à precação.
- (B) à titulação.
- (C) ao dispositivo.
- (D) ao preâmbulo.
- (E) à sanção.

34. Os parágrafos VII, VIII, IX e X equivalem

- (A) ao dispositivo.
- (B) à exposição.
- (C) à corroboração.
- (D) à subscrição.
- (E) à direção.

35. O parágrafo I equivale

- (A) à saudação.
- (B) à titulação.
- (C) ao preâmbulo.
- (D) à precação.
- (E) à notificação.

36. *A elaboração dos instrumentos de pesquisa deve ser sucessiva, partindo do geral para o parcial.* Ao tratar de política de descrição documental, Heloísa Liberalli Bellotto preconiza a seguinte ordem de prioridade:

- (A) catálogo seletivo, guia de fontes, inventário.
- (B) edição de fontes, catálogo, inventário.
- (C) guia, inventário, catálogo.
- (D) inventário topográfico, catálogo, guia.
- (E) índice geral, catálogo, inventário topográfico.

37. Na área de identificação proposta pela Nobrade, o campo "título" causou bastante polêmica entre os profissionais da área, por ser mais apropriado para a descrição de livros. A rigor, o nome do campo deveria ser

- (A) "grupo e subgrupo".
- (B) "gênero ou formato".
- (C) "atividade ou evento".
- (D) "espécie ou tipo".
- (E) "forma ou formato".

38. De acordo com o Decreto federal nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, todo e qualquer *sistema, programa, processo, equipamento isolado ou em rede que utiliza algoritmo simétrico ou assimétrico para realizar cifração ou decifração* é identificado como

- (A) medida de segurança.
- (B) recurso criptográfico.
- (C) quebra de segurança.
- (D) posto de controle.
- (E) marcação.



39. Os meios pelos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo configuram, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o chamado processo de
- (A) bloqueio.
  - (B) consentimento.
  - (C) anonimização.
  - (D) eliminação.
  - (E) desautorização.
- 
40. No manual publicado em 2019 pelo Arquivo Nacional sobre *Gerenciamento de riscos*, a identificação e a descrição dos atributos de valor dos componentes do acervo de uma instituição de custódia resultam na elaboração de
- (A) inventários topográficos.
  - (B) tabelas de temporalidade.
  - (C) planos de classificação.
  - (D) planilhas de custos.
  - (E) declarações de significância.
- 
41. No âmbito da política de preservação digital fomentada pelo Arquivo Nacional, a técnica de migração pela qual os dados mudam de um formato para outro sem que se altere a cadeia de bits do documento é chamada de
- (A) conversão.
  - (B) transferência.
  - (C) recolhimento.
  - (D) remasterização.
  - (E) representação.
- 
42. Dentre os princípios éticos a contemplar no tratamento de dados pessoais, destaca-se o da adequação, isto é, a
- (A) limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades.
  - (B) garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados.
  - (C) adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos.
  - (D) impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.
  - (E) compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas aos titulares.
- 

#### Noções de Direito Constitucional

43. Um empregado que registrou candidatura a cargo de direção de sindicato representativo da categoria no âmbito estadual foi eleito para um mandato de dois anos, que exerceu integralmente até o fim. Nos termos da Constituição Federal, a dispensa do empregado é vedada a partir do
- (A) registro da candidatura e até um ano após o fim do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
  - (B) primeiro dia do mandato e até um ano após o fim do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
  - (C) registro da candidatura e até três anos após o fim do mandato.
  - (D) registro da candidatura e até dois anos após o fim do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
  - (E) primeiro dia do mandato e até três anos após o fim do mandato.
- 
44. Ao disciplinar os direitos políticos, a Constituição Federal estabelece que
- (A) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias contados da diplomação.
  - (B) a cassação de direitos políticos ocorrerá, dentre outros motivos, por condenação criminal transitada em julgado.
  - (C) somente por meio de emenda constitucional podem ser estabelecidas outras hipóteses de inelegibilidade além das expressamente já previstas no texto constitucional.
  - (D) o analfabetismo é causa de inelegibilidade, mas não impede o alistamento eleitoral.
  - (E) é vedada a tramitação em segredo de justiça da ação de impugnação de mandato.
- 
45. Sobre as normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, considere:
- I. A cidadania e a dignidade da pessoa humana são princípios que regem a República em suas relações internacionais.
  - II. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República.
  - III. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade e quaisquer outras formas de discriminação, é objetivo fundamental da República.
  - IV. A defesa da paz e a não intervenção são fundamentos da República.
- À luz da Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
  - (B) I, III e IV.
  - (C) II e III.
  - (D) III e IV.
  - (E) I e II.
-



46. Diante dos regramentos constitucionais para a ciência, tecnologia e inovação,
- (A) os Municípios são obrigados a destinar parcela de seu orçamento à União Federal, para financiamento das universidades federais.
  - (B) a pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
  - (C) o Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, vedada, no entanto, a concessão de meios e condições especiais de trabalho para os que dela se ocupem.
  - (D) é vedada a articulação entre entes públicos e privados para a realização de pesquisas científicas.
  - (E) os Estados e o Distrito Federal são obrigados a vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa.
- 
47. Em conformidade com as normas constitucionais atinentes ao financiamento da seguridade social,
- (A) é decisão discricionária do Poder Público contratar ou conceder benefícios ou incentivos fiscais às pessoas jurídicas em débito com o sistema da seguridade social.
  - (B) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social serão remetidas à União e integrarão o orçamento federal.
  - (C) as contribuições sociais só poderão ser exigidas após decorridos cento e oitenta dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.
  - (D) é facultada a contribuição para a seguridade social do pescador artesanal que exerça sua atividade em regime de economia familiar, sem empregados permanentes.
  - (E) as contribuições sociais da empresa ou entidade a ela equiparada poderão ter alíquotas ou base de cálculo diferenciadas em razão da atividade econômica.
- 

#### Noções de Direito Administrativo

48. Os elementos dos atos administrativos identificam-se com os elementos do contrato administrativo no que se refere
- (A) ao motivo, que consiste no pressuposto fático para a formalização do ato ou celebração do negócio jurídico, devendo sempre ser expresso e manifestado por escrito.
  - (B) à finalidade, que deve constar expressamente da legislação que fundamenta a prática do ato ou a celebração do contrato, inclusive para fins de anulação ou sustação pelos órgãos de controle.
  - (C) à competência do sujeito que representa a Administração pública, ainda que eventual vício possa ser sanável neste aspecto, em determinados casos.
  - (D) ao objeto, considerando que tanto o ato administrativo, quanto o contrato administrativo, devem ser formalizados e exteriorizados de forma vinculada ao que constar na legislação que autorizou sua edição ou formalização.
  - (E) à motivação, considerando que nenhum dos dois negócios jurídicos poderia ser celebrado sem expressa exposição acerca dos motivos e fundamentos para tanto.
- 
49. A demonstração de lesão ao erário, com efetiva comprovação de desvio ou apropriação de recursos, é imprescindível para
- (A) tipificação das modalidades de ato de improbidade, prescindindo-se, no entanto, da demonstração de culpa.
  - (B) imposição de penalidade a servidor, pela tipificação de infração disciplinar que também configure ato de improbidade.
  - (C) configuração das modalidades dolosas e culposas de ato de improbidade, aliada à demonstração de ofensa aos princípios da Administração pública.
  - (D) tipificação da modalidade de ato de improbidade de mesmo nome, que autoriza a aplicação de pena de perda dos valores acrescidos ilícitamente ao patrimônio do agente público responsável.
  - (E) presunção de culpa do servidor pela infração disciplinar homônima, ensejando, ademais, agravamento da pena.
- 
50. A Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei federal nº 14.133/2021 estabelece que
- (A) a vedação ao sigilo do procedimento de licitação é obrigatória, sendo todos os atos praticados essencialmente públicos, salvo decisão judicial.
  - (B) o autor do projeto básico poderá participar da licitação para a contratação da respectiva obra, sob qualquer modalidade.
  - (C) os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, qualquer que seja a natureza ou o regime de funcionamento ou de distribuição de receitas, poderão participar de procedimentos de licitação por ela regidos.
  - (D) a fase preparatória ou de planejamento da licitação demanda, além da necessidade de motivação da contratação, análise dos riscos que eventualmente possam comprometer o sucesso do certame.
  - (E) a aquisição de artigos de luxo somente pode ser feita nas hipóteses em que o cronograma de entrega seja mais eficiente que no caso de artigos comuns.
-



51. O processo administrativo regido pela Lei federal nº 9.784/1999
- (A) sujeita-se ao princípio da inércia, não podendo ser instaurado de ofício.
  - (B) não admite a participação de terceiros interessados, considerando o caráter sigiloso decorrente das inafastáveis operações de tratamento de dados envolvidas.
  - (C) não admite delegação de competência de nenhuma natureza, considerando que todas as matérias são sujeitas à competência exclusiva.
  - (D) admite que as provas ilícitas sejam sanadas, excepcionalmente, quando se prestarem à busca da verdade real.
  - (E) permite que o interessado apresente documentos mesmo após o encerramento da fase instrutória, se antes de proferida a decisão.
- 
52. Dentre os princípios que regem as atividades de tratamento de dados pessoais, nos termos do que estatui a Lei federal nº 13.709/2018, o princípio
- (A) da transparência exige que o titular dos dados seja sempre informado, em qualquer operação de tratamento de dados envolvendo seu nome, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
  - (B) da finalidade exige que seja informado ao titular o propósito do tratamento de dados, a fim de que seja possível aferir a proporcionalidade e adequação da atuação do operador de dados.
  - (C) do consentimento exige ciência, anuência e autorização do titular de dados para tratamento de dados pela Administração pública, que só pode fazê-lo para execução de políticas públicas.
  - (D) do consentimento colocou fim aos bancos de dados de acesso público, tornando necessária cientificação do titular em todas as operações.
  - (E) da publicidade admite que seja solicitada ao titular de dados autorização genérica para tratamento, diferindo para momento posterior a indicação da finalidade da operação de tratamento de dados.
- 

#### Legislação Municipal e Institucional

53. Em relação ao caráter contributivo do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), nos termos da Portaria MPS nº 402/2008,
- (A) a alíquota de contribuição dos segurados ativos destinada ao RPPS não poderá ser inferior a 75% da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.
  - (B) as contribuições sobre os proventos de aposentadoria e sobre as pensões observarão a proporção de 50% da alíquota aplicada ao servidor ativo do respectivo ente federativo e incidirá sobre a parcela dos proventos e pensões concedidas pelo RPPS que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.
  - (C) a contribuição do ente federativo não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo nem superior ao dobro desta, observado o cálculo atuarial inicial e as reavaliações atuariais anuais.
  - (D) poderá incidir contribuição de no máximo 20% sobre o valor do abono de permanência instituído pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.
  - (E) se o beneficiário for portador de doença incapacitante, a contribuição incidirá apenas sobre a parcela de proventos de aposentadoria e de pensão que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.
- 
54. Quanto à concessão de benefícios, nos termos da Portaria MPS nº 402/2008, é autorizada a inclusão nos benefícios de aposentadoria e pensão, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência
- (A) do local de trabalho.
  - (B) da função de confiança.
  - (C) do cargo em comissão.
  - (D) do abono de permanência.
  - (E) da integração na remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com proventos calculados conforme art. 1º da Lei nº 10.887/2004.
- 
55. Conforme previsto na Lei Municipal nº 870/2005, com suas alterações, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Manaus compreende um conjunto de benefícios que atendam às seguintes finalidades, EXCETO:
- (A) aposentadoria compulsória.
  - (B) proteção direta à maternidade.
  - (C) aposentadoria por invalidez.
  - (D) aposentadoria por idade e tempo de contribuição.
  - (E) pensão por morte.
-



56. Nos termos previstos na Lei Municipal nº 870/2005, com suas alterações, a perda da qualidade de dependente de segurado ocorre
- (A) para os equiparados aos filhos ao completarem dezoito anos.
  - (B) para o companheiro, mediante solicitação do segurado, quando não mais existirem as condições inerentes a essa situação.
  - (C) para os filhos, por casamento ou ao completarem vinte e quatro anos.
  - (D) para o cônjuge, por simples abandono de lar, sem qualquer outro requisito.
  - (E) pela perda da qualidade de segurado de quem ele dependa, observada uma carência de doze meses, quando o dependente for menor de dezoito anos.
57. Nos termos da Lei Municipal nº 870/2005, com suas alterações, estão previstas receitas, como fontes do plano de custeio do RPPS, com contribuições previdenciárias, incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição, de
- (A) onze por cento, a cargo dos servidores ativos.
  - (B) dezesseis por cento, a cargo dos servidores ativos.
  - (C) quinze por cento, a cargo do Município de Manaus, suas autarquias e fundações, como regra geral.
  - (D) quatorze por cento, a cargo do Município de Manaus, suas autarquias e fundações, em relação aos servidores pertencentes ao FPREV.
  - (E) dezoito por cento, a cargo do Município de Manaus, suas autarquias e fundações, em relação aos servidores pertencentes ao FFIN.
58. Quanto aos benefícios compreendidos ao segurado e aos seus dependentes, conforme estabelece a Lei Municipal nº 870/2005, com suas alterações,
- (A) os proventos da aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável na forma da regulamentação.
  - (B) não se equipara ao acidente em serviço o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de ato de pessoa privada do uso da razão.
  - (C) o segurado será aposentado de forma compulsória aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que tenha o mínimo de quinze anos de serviço público ao Município.
  - (D) o segurado fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, desde que preencha, exclusivamente os seguintes requisitos: sessenta e cinco anos de idade e trinta e cinco anos de tempo de contribuição, se homem, e sessenta anos de idade e trinta anos de tempo de contribuição, se mulher.
  - (E) a pensão por morte será devida aos dependentes a contar da data do óbito, quando requerida até noventa dias deste, ou em trinta dias do requerimento, quando solicitada após este prazo.
59. J, servidor municipal, é casado com M, também servidora municipal. J é titular de cargo efetivo, M é servidora comissionada, nomeada anteriormente a J. Instaurado processo administrativo objetivando rever o ato de provimento de M, J é designado para conduzir o respectivo processo. A referida designação
- (A) está em consonância com a Lei Municipal nº 1.997/2015, em razão das distintas naturezas jurídicas dos respectivos vínculos com a Administração municipal.
  - (B) está em dissonância com a Lei Municipal nº 1.997/2015, porquanto J está lotado em órgão público distinto de M, sendo exigência legal que a condução dos atos processuais se dê por servidor lotado na mesma unidade da parte interessada.
  - (C) está em consonância com a Lei Municipal nº 1.997/2015, que veda apenas que a condução dos atos se dê pelo servidor diretamente interessado, não obstando a designação eventual interesse indireto no resultado do processo.
  - (D) é ilegal, porquanto J tem interesse na matéria, sendo impedido de atuar no processo e devendo comunicar à autoridade superior o fato.
  - (E) configura, em tese, impedimento, não havendo dever jurídico de comunicação do fato, por se tratar de designação de ofício, não a pedido.
60. J foi aprovado em regular concurso público para o Município de Manaus, tendo sido submetido à perícia junto ao Departamento Médico Municipal competente, que o considerou inapto para o exercício do cargo. Nessa situação,
- (A) a investidura de J no referido cargo dependerá de autorização por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.
  - (B) J não poderá ser investido no respectivo cargo, por não satisfazer requisito legal para tanto.
  - (C) J tem direito adquirido à nomeação, por ter sido aprovado em regular concurso público.
  - (D) J deverá ser nomeado para o cargo por decreto do Prefeito Municipal e imediatamente readaptado.
  - (E) J não poderá ser investido no referido cargo por falta de aptidão para o exercício da função.